

Pontuações sobre os Akwê-Xerente: os anciãos e as aspirações dos jovens após a formatura no Campus de Porto Nacional – UFT

Remarks on Akwê-Xerente: the elder and the aspirations of the young after graduating at Universidade Federal do Tocantins – UFT – Campus de Porto Nacional

Neila Nunes de Souza¹

Neila Barbosa Osório²

Resumo: O presente estudo refere-se aos Akwê-Xerente e o Povo Gavião, sendo o nosso lócus de estudo o Campus de Porto Nacional da Universidade Federal do Tocantins - UFT. Como pergunta de pesquisa: o que os indígenas que chegam à Universidade, especialmente no Campus de Porto Nacional, trazem de ensinamentos e preocupações dos anciãos e, também, o que desejam realizar após a formatura do curso de graduação? A análise se dá no ano de 2022, a partir de trinta indígenas que estão matriculados no Campus de Porto Nacional-UFT, dos quais vinte e sete são da etnia Akwê-Xerente do município de Tocantínea - TO e apenas um indígena é da etnia Gavião, do Estado do Maranhão. A metodologia adotada para esta pesquisa foi a coleta de dados no Sistema de Informações Educacionais - SIE da Universidade Federal do Tocantins, no qual foram pesquisados os acadêmicos e acadêmicas indígenas que estudam no Campus de Porto Nacional, no primeiro semestre do ano de 2022. Foram consideradas as vivências, e depoimentos dos acadêmicos e acadêmicas nas suas aspirações e desejos do que se observa na aldeia no movimento do que vivenciaram até então, com os ensinamentos de uma cultura oral e após o advento da escola, e o que desejam realizar após concluírem os estudos de graduação. A pesquisa bibliográfica como convém a qualquer estudo, se dá a partir de: Sousa (2022), Paternostro (1945) Krenak (2019), Baniwa (2006), Xerente, Sílvia (2018), Munduruku (2019), entre outros. O estudo evidencia que alguns anciãos reconhecem que é importante aprender novos conhecimentos, mas outros temem os prejuízos para a cultura do povo Akwê. Além disso, os estudantes universitários têm como principal preocupação a preservação de sua cultura.

Palavras-Chave: Ancião; Akwê; Gavião; Universidade.

Abstract: The present study refers to the Akwê-Xerente and the Gavião People, our locus of study is the Porto Nacional Campus of the Federal University of Tocantins - UFT. As a research question: what do the indigenous people who arrive at the University, especially at the Porto Nacional Campus, bring from the teachings and concerns of the elders, and also what do they want to accomplish after graduation from the undergraduate course? The analysis takes place in 2022, from thirty indigenous people who are enrolled in the Porto Nacional-UFT Campus, of which twenty-seven are from the Akwê-Xerente ethnicity in the municipality of Tocantínea - TO and only one indigenous is from the Gavião ethnic group, in the state of Maranhão. The methodology adopted for this research was through the collection of data in the Educational Information System - SIE of the Federal University of Tocantins, in which the academics and indigenous academics who study in the Campus of Porto Nacional, in the first semester of the year of 2022, were searched. The experiences and testimonies of academics in their aspirations and desires of what is observed in the village in the movement of what they have experienced so far, with the teachings of an oral culture and after the advent of the school, and what they want to

¹ Docente no Campus de Porto Nacional – Universidade Federal do Tocantins – UFT.

² Docente no Campus de Palmas – Universidade Federal do Tocantins – UFT. PGEDA e PPGE/UFT.

undertake after completing their undergraduate studies were considered. The bibliographic research, as appropriate for any study, is based on: Sousa (2022), Paternostro (1945) Krenak (2019), Baniwa (2006), Xerente, Sílvia (2018), Munduruku (2019), among others. The study shows that some elders recognize that it is important to learn new knowledge, but others fear the damage to the culture of the Akwẽ people. In addition, university students have as their main concern the preservation of their culture.

Key-words: Elder; Akwẽ; Hawk; University.

Submetido em 10 de maio de 2022

Aprovado em 26 de junho de 2022

Introdução

Os Akwẽ-Xerente na Universidade já seriam um tema para desenvolver em um estudo, mas nos propomos, ainda, a buscar o entendimento do que significa para os anciãos a escola e/ou a Universidade, sendo nosso objeto de estudo a Universidade Federal do Tocantins - UFT, Campus de Porto Nacional, bem como o retorno para as aldeias e a escola, sobretudo para o povo Akwẽ-Xerente, que residem no município de Tocantínea-TO. O termo Akwẽ significa “gente importante” e Xerente, denominação dada por não-indígenas, adotado e reconhecido como último sobrenome daqueles que se denominam Xerente e assim se apresentam nos registros oficiais no Brasil. Neste texto, optamos por utilizar a nomenclatura de Akwẽ-Xerente e Akwẽ, ou ainda Xerente, para denominar esse povo.

Nosso foco do estudo são os Akwẽ no Estado do Tocantins, bem como pontuações sobre o Povo Gavião. Com o intuito de localizar o/a leitor/a no cenário nacional, sobre a situação das populações indígenas, em um tempo presente, optamos por apresentar um dado que *salta aos olhos*, de que 832 Terras Indígenas são reivindicadas por povos indígenas no Brasil. Destas, segundo o relatório “Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil”³ do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), 536 não passaram por nenhum procedimento administrativo. Os dados apresentados no referido relatório demonstram que muitos desses territórios foram invadidos durante a pandemia da Covid-19, em uma clara demonstração de que essas áreas foram disponibilizadas para a exploração pelo agronegócio, madeireiras e mineradoras. Segundo Fernandes (1960), os indígenas desde sempre foram encarados como obstáculo à posse da terra, isso se configura a partir da

³ Nesse relatório, os dados mostram que, no ano de 2019, o número de invasões em terras indígenas cresceu 135%.

substituição do escambo pela agricultura, sendo tidos como “a única ameaça real à segurança da colonização” (p.301). Se, no tempo presente, constatam-se ameaças e invasões concretas aos territórios e à vida dos indígenas, historicamente, estes sofreram a expropriação territorial, a escravidão e a destribalização. Constata-se que as formas de invasão e dominação foram aperfeiçoadas e adaptadas a cada tempo.

Assim, quem são os Akwê no estado do Tocantins? Os Akwê são um povo guerreiro, que desde sempre representou a resistência a todos os ataques, seja de garimpeiros, posseiros, fazendeiros, na tentativa de escravizá-los e, toda sorte de violação. Como observou Paternostro (1945) sobre os indígenas no Tocantins, “os índios jamais foram escravos, sempre prisioneiros de guerra ou da catequese” (p.23). Apesar de ter a reserva Xerente demarcada desde o ano de 1979, esta é uma terra que apresenta muitas limitações para os Akwê que vivem nela, pois a sobrevivência desse povo, que se alimentava do que produzia e retirava da natureza a sua sobrevivência, tornou-se mais difícil com a instalação da hidrelétrica⁴ no Rio Tocantins, já que os peixes tornaram-se escassos⁵, e a vazante do rio não pode ser utilizada para o plantio. Suas casas estão entre um rio que não é mais rio, ou pelo menos não serve como o rio, pois não supre as demandas de alimentar a população. Estamos falando do Rio Tocantins, o mesmo em que Paternostro em seu livro *Viagem ao Tocantins* retrata a abundância de peixes, na década de 1940. No entorno da reserva Xerente, observa-se o avanço do agronegócio, com as monoculturas da soja e a cana de açúcar, extinguindo as nascentes dos rios, sobretudo com a utilização de agrotóxicos e o desmatamento. Sua forma de vida, sua cultura, sua língua estão ameaçadas. São os “expulsos da terra, em razão dos conflitos, miséria, dos problemas sociais, advindos não só da falta de assistência pelo Estado, mas também da leniência do Estado, sobretudo pelo poder político, como força conservadora a serviço da manutenção do capital” (SOUZA, 2020, p. 26). É deste povo, desses indígenas que chegam à universidade que estamos falando.

Com a necessidade de marcar o tempo histórico, convidamos para o texto aspectos importantes, como a Pandemia da Covid-19, que chegou ao Brasil e na Universidade Federal do Tocantins. O isolamento social iniciou-se no dia 16 de março de 2020, sendo que, no dia 14 de março daquele ano, portanto dois dias antes, estávamos em uma aldeia

⁴ Usina Hidroelétrica Luis Eduardo Magalhães (Usina de Lageado).

⁵ Silvino Sirnãwê Xerente “nós não temos mais o peixe, se quisermos teremos que ficar horas para pescar um peixinho, se tiver dinheiro, poderá comprar” (Informação verbal; 27/04/2022).

com os Akwê-Xerente, participando de um casamento indígena. Após esse tempo de isolamento, o calendário presencial da UFT retornou dia 07 de março de 2022. Essa volta às aulas foi marcada como um tempo de incertezas, em que muitos professores fizeram a opção por continuar ministrando as aulas remotas, enquanto outros preferiram intercalar entre o remoto e o presencial, denominado de híbrido. Além disso, é preciso considerar que, mesmo para aqueles que voltaram às aulas presenciais, como foi o nosso caso, a pandemia ainda não acabou.

Assim, a motivação para a realização deste trabalho surge a partir da vivência no Programa Institucional de Monitoria Indígena – PIMI, nos anos de 2018 e 2019, no Curso de Letras, no qual sou lotada na UFT do Campus de Porto Nacional. No PIMI, tínhamos encontros periódicos semanalmente com os acadêmicos indígenas do Curso de Letras, e não demorou muito para que os nossos encontros abarcassem os alunos indígenas do Campus dos diversos cursos, pois os colegas foram convidando outros para nossas conversas, que tratavam de nossas culturas, a indígena e a não-indígena, momentos tira-dúvidas e acolhimento. Assim, outra pesquisadora, orientadora no pós-doutoramento, sugeriu que poderíamos expandir nossos conhecimentos a partir de nossas vivências com os indígenas na Universidade. Portanto, esse texto é confeccionado por vivências e diálogos com os acadêmicos indígenas e vai assinado por nós, professoras da UFT.

A Universidade oferece cursos de graduação e disponibiliza cotas para indígenas. “A UFT implantou, de forma pioneira, no ano de 2004, o sistema de cotas para estudantes indígenas, no qual passou a reservar 5% de vagas nos vestibulares da universidade para essa população.” (SOUSA, 2022, p 16). Foi também por meio “do sistema de Ações Afirmativas implantadas pela UFT, que os povos indígenas passaram a garantir ingresso no ensino superior nesta instituição”⁶ (*Idem*). Tudo isso apesar da contradição do que significa permanecer na universidade.

Assim, como pergunta de pesquisa que sempre esteve presente em nossas conversas desde a vivência no PIMI, temos: o que os indígenas que chegam à Universidade, especialmente no Campus de Porto Nacional, trazem de ensinamentos e preocupações dos anciãos e, também, o que desejam realizar após a formatura do curso de graduação? A análise se dá no ano de 2022, a partir de trinta indígenas que estão

⁶ Sobre “cotas” e “ações afirmativas” ver: Uma Interpretação para as dificuldades enfrentadas pelos acadêmicos Indígenas Akwê-Xerente no Curso de Letras do Campus de Porto Nacional da Universidade Federal do Tocantins. Sousa (2022).

matriculados no Campus de Porto Nacional-UFT, dos quais vinte e sete são da etnia Akwẽ-Xerente do município de Tocantína - TO e apenas um indígena é da etnia Gavião, do Estado do Maranhão.

A metodologia adotada para esta pesquisa foi através da coleta de dados no Sistema de Informações Educacionais - SIE da Universidade Federal do Tocantins, no qual foram pesquisados os/a acadêmicos e acadêmicas indígenas que estudam no Campus de Porto Nacional, no primeiro semestre do ano de 2022. Os dados obtidos referem-se ao ano e semestre de ingresso, bem como ao Curso de graduação que frequentam. Foram consideradas as vivências, depoimentos dos acadêmicos e acadêmicas nas suas aspirações e desejos do que se observa na aldeia no movimento do que vivenciaram até então, com os ensinamentos de uma cultura oral e após o advento da escola, e o que desejam realizar após concluírem os estudos de graduação.

Ainda, nosso aporte se dá a partir das vivências e experiências na academia com os acadêmicos indígenas, bem como uma pergunta que foi realizada: o que os estudantes indígenas desejam realizar após cursarem a graduação? Considerando o sigilo e as possibilidades de reconhecimento, nenhum dos depoimentos apresenta o nome ou qualquer possibilidade de identificação, pois denominamos apenas de Xerente e o numeral, iniciando pelo Nº 1 até o Nº 28, sendo que dos depoimentos Nº 20 ao Nº 28, não localizamos a etnia a que pertence.

Assim, foi realizado um levantamento de dados acadêmicos através SIE da UFT, com o intuito de pesquisar a quantidade de alunos indígenas que frequentam os cursos do campus de Porto Nacional/UFT. E quanto à pesquisa bibliográfica, como convém a qualquer estudo, nossa sustentação teórica se dá a partir de: Sousa (2022), Paternostro (1945) Krenak (2019), Baniwa (2006), XERENTE, Sílvia Letícia (2018), Munduruku (2019), entre outros.

2. Povo Akwẽ e Povo Gavião

Com vista ao conhecimento de cada Povo, a apresentação é realizada por um estudante indígena dos Akwẽ e um estudante indígena do Povo Gavião, que se constata a seguir.

Quadro 1: Apresentação do Povo Akwê e do Povo Gavião

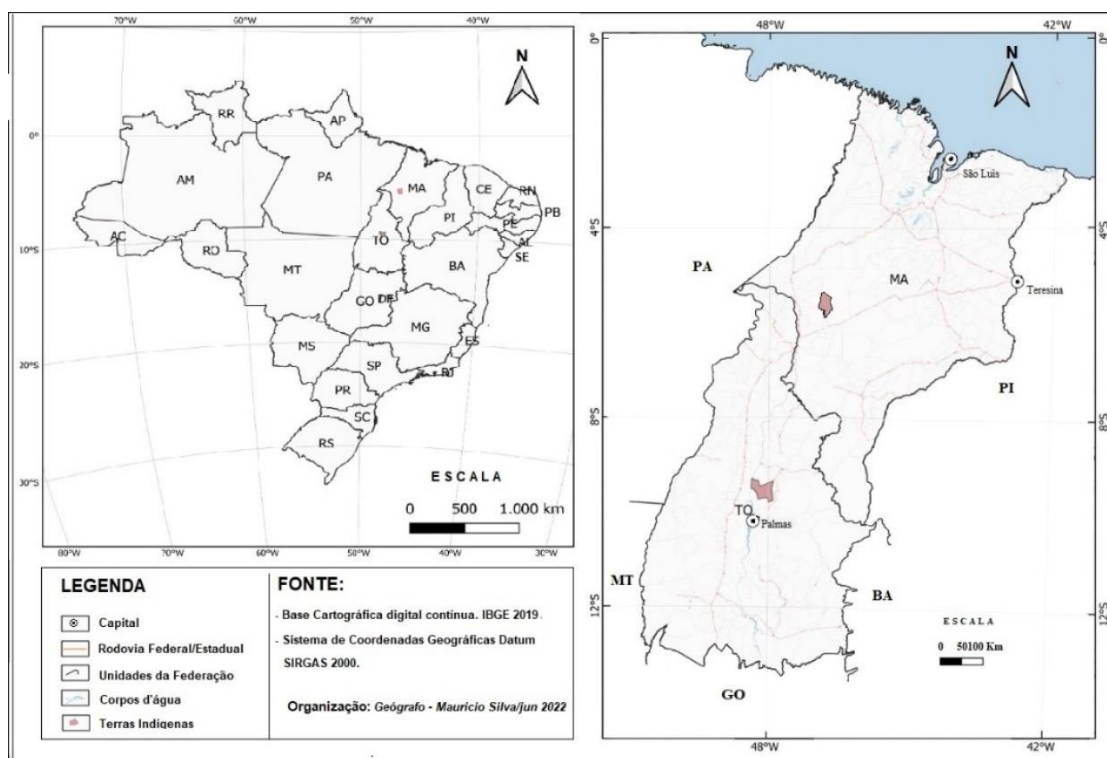
Povo Akwê	Povo Gavião
<p>Povo Akwê-Xerente é assim que se autodenomina, deriva de gente, pessoas importantes, pessoas trabalhadoras, pessoas que são respeitadoras, gente importante, guerreiros.</p> <p>Nosso povo fala a Língua Akwê dos Xerentes do Tronco Macro-Jê.</p> <p>Na Reserva Xerente tem uma população estimada de aproximadamente 5 mil indígenas, que abrange a Área Grande e Funil. Vivemos na Reserva Xerente de tudo que a natureza proporciona para a gente, frutas, caça, das roças que são feitas por cada indígena. A gente depende da natureza, com as limitações da Reserva, a gente tem que buscar alimento na cidade.</p> <p>No que se refere a preservação da cultura, tenho dito em palestras, seminários sempre que falo do contexto cultural, digo o quanto a nossa cultura é forte dentro da aldeia.</p> <p>Toda vez que realiza-se a Festa Grande chamada de DASIPÊ, a gente enriquece cada vez mais a nossa cultura. Praticamos os nossos cânticos, a nossa dança, o nosso ritual, os nossos costumes e as crianças tendo esse olhar. Nisso a gente vai passando para as crianças, essa paixão pela nossa cultura. O cenário vem mudando e a Festa Grande está sendo feita uma vez por ano, isso vem limitando a forma de praticar a nossa cultura, vem limitando essas práticas. Ainda assim, a nossa cultura está muito forte.</p> <p>Tenta preservar a nossa cultura através da educação, tenta trazer a escola como meio de incentivar como meio de incentivar, como meio de enriquecer, para que as crianças aprendam a nossa cultura. Estimular a nossa cultura quando estamos em um local de ensino, repassar os ensinamentos que aprendeu, em volta do Warã, que a gente chama de Pátio, onde os anciãos discursam, falam sobre o ensinamento na cultura. A gente concebia o que é a cultura nesse momento de reunião no Warã, através dele recebia conhecimento. Agora as coisas mudaram e na escola que se aprende. O meio de preservar a cultura é através da unidade escolar, do que os professores ensinam.</p>	<p>Sou da Terra indígena de Governador, no Município de Amarante no Estado do Maranhão. Tem aproximadamente 16 aldeias na Terra Indígena de Governador. Além de mais três aldeias dos Povos Guajajara, na Terra Indígena.</p> <p>Moro na Aldeia Monte Alegre, são estimadas 76 pessoas.</p> <p>Nossa língua materna é a língua Macro-Jê. Somos da família Timbira que habita o Sudoeste do Maranhão. Atualmente a população do Povo Gavião são mais de dois mil e quinhentos indígenas.</p> <p>A maior diversão do Povo Gavião é a Corrida de Toras e a Corrida de Flecha, para o feminino e para o masculino.</p> <p>Corrida de Tora é realizada a tarde especificamente e a corrida de flecha pela manhã e também pela tarde.</p> <p>O gosto pelos cânticos culturais, dos cantos antigos, que são cantados no Pátio Central. Isso é muito importante para manter a nossa cultura. Porque se nós perdermos a nossa cultura, praticamente acaba a nossa identidade, como Povo Indígena e entre nós, deve prevalecer a língua, sempre praticamos a língua nas aldeias.</p> <p>Gosto de Conhecer outras culturas, tem várias culturas que são semelhantes ao Povo Gavião, que falam a mesma Língua, mesmo que apresentem diferenças na cultura. Tem algumas etnias que são iguais a nossa. Acabamos que entendemos a língua deles e eles nós.</p> <p>Muito importante, sempre andar com a tradição em nosso meio.</p> <p>Tô aqui longe, mas eu sempre tento preservar a minha cultura. Me sintô bem, quando eu ouço o cântico dos anciãos, quando ouço o cântico parece que estou na aldeia, isso é muito importante para mim. Mais importante é preservar a língua, a cultura indígena e não só a nossa do Povo Gavião, mas em geral. Cuidar da cultura indígena, para não deixar morrer nossa identidade. (Depoimento J. B. Gavião, 15/06/2022).</p>

Sobre a diversão, na Festa Grande acontece várias modalidades da cultura e diversão indígena, como a Corrida de Taquara, Corrida de Tora, entre outras. A diversão espontânea, quando as crianças vão para o rio, brincam de tudo que tem lá. Na aldeia colocar na mente das crianças, as letras das músicas na nossa Língua para serem ouvidas no pátio. Outro fator é que nesse mundo contemporâneo a gente tem entrado no mundo do futebol é a nossa inclusão com a sociedade não-indígena. (Depoimento G. K. Xerente, 15/06/2022).

2.1. Localização do Povo Akwẽ e do Povo Gavião

Com vista a localizar a leitora e o leitor, tratamos da localização no município de Tocantína no Tocantins, denominada de Reserva Xerente, e do Povo Gavião, na Terra Indígena denominada Governador, no Município de Amarante, no Sudoeste do Estado do Maranhão, por meio de figuras geográficas – os mapas do Brasil e dos dois estados e a localização das aldeias.

Figura 1: Localização de Terras Indígenas: Povo Akwẽ e do Povo Gavião



Fonte: Elaboração a partir do IBGE (2019).

A partir da localização de onde situam-se as Terras Indígenas, abordaremos no decorrer do texto a trajetória de aprendizagem que passa pela escola inventada pelos não-indígenas e o lugar de origem dos indígenas, a partir da localização. Sigamos.

3. Pontuações sobre o papel dos anciãos e a concretude dos jovens Akwê: a trajetória de aprendizagem que passa pela escola inventada pelos não-indígenas

A educação familiar é a base para os Akwê-Xerente que aprendem vivenciando, observando e essencialmente no convívio, no espaço da aldeia que é do pátio, da casa, da mata, sem um tempo de relógio. O tempo se dá a partir das condições do que a natureza oferecia, tendo como parâmetros o dia, a noite, ou mesmo a manhã e à tarde, sem a pressa dos ocidentais, pois “[...] tudo se passa em processo de aprender e ensinar. O passo inicial é a existência de alguém com desejo de aprender e que manifeste esse desejo para um mestre que possa lhe ensinar” (GIRALDIN, 2018, p. 193). Para o autor, a aprendizagem entre os Akwê é um processo que se dá na prática, dessa forma o aprendiz será conduzido a aprender.

Os Akwê-Xerente tem um histórico de aprendizagem e transmissão de cultura oral, passada pelos anciãos no warã⁷, a exemplo da contação de histórias, que para os Akwê é espaço de aprendizagens. Além disso, as aprendizagens no Warã eram de ouvir os mais velhos, mas, com o advento da escola, esse espaço também sofreu transformações, por vezes de quase extinção, já que os jovens vão para a escola, e seria como se não necessitassem e/ou não tivessem mais tempo para esses ensinamentos de sua cultura. Os estudos de Silvia Xerente (2018) elucidam que as crianças e os jovens aprendem a valorizar os ensinamentos repassados pelos anciãos através do discurso. Os

⁷ O espaço principal de educação é “a casa dos jovens” wapte, chamada Warã, que na verdade é um pátio público que funciona como uma espécie de fórum, onde se discute e se decide coletivamente as questões de ordem pública. Nesse espaço, os anciãos têm lugar privilegiado e também são os principais responsáveis pelos processos educativos milenares do povo Akwê. Esse processo educativo tradicional já não ocorre na sua plenitude, como no passado. Mas de alguma forma continua existindo de maneira compacta e resumida durante os rituais, quando seus valores e padrões são colocados em prática e atualizados (ERCIVALDO DAMSÖKÊKWA XERENTE, 2016, p.34). Sobre o Warã, em palestra realizada no V Seminário Acadêmico Indígena no Campus de Porto Nacional – UFT, Sirnãwê afirmou: “eu não conheci o Warã, na festa cultural é no DASIPÊ que os conhecimentos são passados na nossa cultura (Silvino Sirnãwê Xerente, *Informação verbal* 27/04/2022). Dentre os conhecimentos a que Silvino Sirnãwê Xerente (2022) se refere, estão a festa cultural e os ensinamentos como em substituição ao Warã, e deles fazem parte: BAKTÔNISIZE (Nomeação Feminina); KUÏWDE NÃ DAWRA (Corrida de Tora de Buriti); ZÃ NÃ DANÔKRÊ KÃ TÕ DABRBA (Dança e Cântico de Maracá); TKI NÃ DAWRA (Corrida de Varinha); WAKROWDE KÃTÕ TI (Arco e Flecha); WDÊ NRÕ NÃ DASIKWANI (Cabo de Força) e ROMKMÃNÃR NÃ ROWAHDU (Oficina de Exposição de Artesanato).

ensinamentos são de que o respeito é o pilar fundamental para a organização do povo Akwê.

Assim, os Pëikwa (Conselheiros da paz) são responsáveis por manter esse respeito dentro da nossa comunidade. [...] Quando eles discursam, todos precisam prestar muita atenção, pois o que falam é sempre muito importante para a nossa convivência em comunidade. Todos os ensinamentos passados por eles são através de nossa língua materna, promovendo, assim, a valorização dos conhecimentos tradicionais, da cultura, da língua e da oralidade. Assim, através da preservação da nossa língua, podemos a cada dia fortalecer as expressões culturais do povo Xerente, reconhecendo a sua importância para sustentabilidade cultural e garantindo aos mais jovens esse grande aprendizado (SILVIA XERENTE, 2018, p. 394).

Trata-se do reforço de que é nos ensinamentos dos anciãos, por meio de uma cultura que é oral, que os mais jovens aprendem a ouvir, respeitar os mais velhos, para aprender sobre a vida, sua cultura e subsistência. Neste contexto, a tradição da cultura oral sofre transformações com a implantação das escolas nas aldeias. Pois “a escola passa a ser vista como mais um dos atributos necessários para a construção do sujeito Akwê. [...], a relação com os não-índios está numa esfera que oferece tanto risco quanto benefícios para sociedade Xerente. [...] é extremamente necessário saber se relacionar com o ‘mundo dos brancos’” (MELO; GIRALDIN, 2012, p. 179). Uma condição para absorver a escola é que essa escola possa contribuir com os registros de uma cultura que sofreu ao longo do tempo a espoliação sob a égide do dominador, esse colonizador que impôs a sua dominação por séculos.

Segundo Silvia Xerente (2018), as crianças falam a sua língua materna, falam o Akwê até os 06 anos de idade, quando vão para a escola, e, a partir daí desenvolvem os estudos sistemáticos na segunda língua, com vista ao aprendizado na língua portuguesa. As crianças aprendem a primeira língua com a família, mas os conhecimentos para a vida estão sendo influenciados, segundo a autora, com a chegada de televisão, computadores, internet, celulares e, ainda, a escola do não-indígena, no modelo ocidental que não coaduna com os processos e a realidade do povo Xerente. O tempo em que as crianças e jovens estão na escola antes seria um tempo do convívio na casa com a família e nos espaços da aldeia, e é como se estivessem sendo desperdiçados. Isso porque é como se os jovens fossem retirados da aprendizagem do cotidiano, que é de fato o que interessa para os Akwê, e fossem colocados na escola, que tem regras, horários, Além disso, em alguns momentos, o que os jovens aprenderão na escola beira a abstração e escapam do que servirá para a vida.

Ainda que se observe:

“[...] cada vez mais aproximação entre essas culturas, pois as tecnologias estão adentrando as aldeias e, mesmo sem sair de casa, os indígenas, desde criança, já têm contato com a língua portuguesa.” Além disso, na escola, há também a presença desse contato desde cedo, pois, mesmo tendo professores indígenas na maioria das escolas da reserva Xerente, os materiais que são usados por eles ainda são, em grande parte, na língua portuguesa e muito distante da realidade Akwê (SILVIA XERENTE, 2018, p. 386).

O que a autora observa é que os materiais são em “grande parte” em língua portuguesa, em que pese se observar o aumento de professores indígenas nas escolas, pois, até bem pouco tempo, fato que chama a atenção relativo aos professores é que “até 2006, entre os Akwê/Xerente, havia apenas dois professores com formação universitária, que também eram os únicos de todo o povo com formação superior” (ERCIVALDO DAMSÔKÊKWA XERENTE 2016, p.30). No que se refere aos estudantes indígenas, eles estão cada vez mais saindo das aldeias e adentrando as universidades nos mais diversos cursos superiores.

Para Silvia Xerente (2018), os Akwê ainda continuam adquirindo o conhecimento por meio da transmissão oral. Porém, observa-se que o processo de educação do povo Akwê sofreu mudanças, “no warã, os anciãos eram vistos como os professores de hoje, pois eles ensinavam para os jovens todos os conhecimentos necessários para a vida na comunidade e nos contextos interculturais. De lá saía o jovem preparado para ser o bom respeitador, caçador, pescador, arqueiro, dentre outras habilidades” (p. 416). A autora reforça que a educação dos Akwê era pautada em valores culturais, no que difere dos modelos existentes, a partir sobretudo, do advento da escola. A isso:

Quando se trata da leitura e escrita na língua Akwê, tem-se um movimento muito interessante, pois enquanto a maioria dos mais jovens afirma saber ler e escrever na língua Akwê, os adultos e anciãos afirmam não saber. Isso se dá por conta do processo de mudança que ocorreu na educação escolar indígena a partir dos anos noventa. Antes desse período, o modelo de educação escolar era pautado pela catequização, civilização e integração forçada dos indígenas à sociedade nacional. Para se adaptar a essa lógica, as escolas implantadas dentro das aldeias não ensinavam a língua Akwê, por acreditarem que esta tinha menor prestígio que a língua portuguesa, que é vista como dominante. E, além disso, as escolas que havia dentro das aldeias, só ministravam aulas até a 4^a série do ensino fundamental, e quem desejasse continuar seus estudos, precisavam se deslocar até a cidade de Tocantínia para estudar (SILVIA XERENTE, 2018, p. 404).

A valorização da língua portuguesa em detrimento da língua Akwê se deu por conta da dominação, segundo os estudos da autora. A mudança na educação escolar a que a autora se refere se deu a partir dos anos noventa, sobretudo, com a valorização da língua

materna a partir da legislação, que se tornou preponderante, mesmo que se entenda a distância e a dicotomia entre a lei e a prática na concretude do cotidiano. De toda forma, a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 210, determina que devem ser “fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”. Ainda no parágrafo segundo, prevê que “o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”.

Reforça-se, ainda, que a primeira educação acontece na família, e a valorização do Akwẽ passa pelos jovens que estão saindo das aldeias principalmente para estudar. Segundo Waikazate e Sirnãwe (2014), os Akwẽ estão estudando e aumentando o nível de escolaridade, buscando a formação com vista a tornarem-se autônomos e gestores de seus processos de vida em diversas áreas. Os autores, nos seus estudos e na vivência de sua realidade concreta, apresentam que, na reserva Xerente, contam com: “30 escolas dentro da Terra indígena, que oferecem Ensino Fundamental na modalidade regular e EJA, Ensino Médio também nas duas modalidades mencionadas anteriormente, além de cursos Técnicos Profissionalizantes” (WAIKAZATE e SIRNÃWE, 2014, p.5). Os dados apresentados por Waikazate e Sirnãwe datam dos estudos do ano de 2014, quando havia entre 60 e 70 aldeias na Reserva Xerente. Esses dados servem de balizadores para o ano de 2022, quando se trata do número de escolas, considerando que a estimativa é de que sejam aproximadamente 100 aldeias na Reserva Xerente, e que o número de escolas tenha aumentado praticamente o dobro.

Ainda conforme afirmam Waikazate e Sirnãwe:

na maioria das aldeias, as escolas são de ensino fundamental, com turmas multisseriadas. Somente no CEMIX (Centro de Ensino Médio Indígena Xerente), que fica localizado próximo à aldeia Coqueiro, tem ensino médio. No CEMIX é oferecido ensino médio regular e profissionalizante. Já são oferecidos dois cursos profissionalizantes: técnico em enfermagem e técnico em informática. Tem muitas escolas que já têm EJA (Educação de Jovens e Adultos), como as escolas das aldeias Brejo Comprido e Salto, por exemplo. Na aldeia Salto, tem um centro municipal de Educação Infantil (WAIKAZATE e SIRNÃWE, 2014, p.5).

Quanto ao Ensino Superior, entre os Akwẽ, fazemos um recorte histórico de aproximadamente uma década, pois os estudantes que frequentam os cursos no Campus de Porto Nacional no ano de 2022, tem suas matrículas datadas a partir do ano de 2016,

como constataremos no item 3, a seguir. Segundo os estudos de Melo e Giralдин (2012), quando se comparava com o número de alunos oriundos de outros povos indígenas do Tocantins, chamava a atenção a quantidade de Akwẽ, seja no Curso de Formação de Professores Indígenas promovido pela Secretaria de Educação do estado do Tocantins, bem como no Curso de Licenciatura Intercultural de indígenas que saíram das aldeias para estudar em Goiânia-GO, no Curso de Educação Intercultural, na Universidade Federal de Goiás-UFG. Este último era um Curso de formação de nível superior voltado para professores indígenas. Segundo Melo e Giralдин (2012), as aulas aconteciam nos meses de férias escolares e, nos tempos das aulas, os alunos recebiam a visita de professores dos cursos nas aldeias. Um evento importante aconteceu no ano de 2011, em que se formou a primeira turma de 10 professores Akwẽ. Participaram do evento outras instituições de ensino superior, inclusive privadas, bem como a Universidade Federal do Tocantins – UFT, sendo todas elas frequentadas pelos Akwẽ. Porém, nosso foco será nos acadêmicos e acadêmicas do ano de 2022 no Campus de Porto Nacional, na UFT.

No ano de 2022, os indígenas se deslocam para estudar nas cidades mais próximas: a exemplo de Miracema do Tocantins, que em termos de aproximação geográfica o que separa a reserva Xerente de um campus de Universidade Federal é atravessar o rio Tocantins e encontra-se um campus da UFT. Em Palmas a capital do Estado, que dista 79km da reserva Xerente da sede da Universidade Federal do Tocantins, além de instituições privadas e, ainda no município de Porto Nacional, que está distante da Reserva Xerente aproximadamente 150km, encontra-se outro campus da UFT, lócus de nossa pesquisa. No próximo item, apresentamos os indígenas no Campus de Porto Nacional.

4. Os indígenas no Campus de Porto Nacional - UFT

Considerando que os/as estudantes serão majoritariamente professoras e professores oriundos dos cursos de licenciatura, como é a vocação do Campus de Porto Nacional, são os seguintes cursos de graduação em que se constatou a presença de indígenas, no retorno às aulas presenciais, no ano de 2022: Ciências Biológicas, Geografia, História, Letras e Ciências Sociais. Apresentamos, no Quadro 2, as aldeias da reserva Xerente, no Município de Tocantínea, no Estado de Tocantins e a Terra Indígena no Município de Governador no Estado do Maranhão, onde residem as acadêmicas e

acadêmicos, no 1º semestre do ano de 2022. Constata-se que o território Xerente é dividido em duas áreas; A região Funil e Região Xerente, conhecida como área grande.

Quadro 2: Aldeias de origem dos/as estudantes indígenas do Campus de Porto Nacional

REGIÃO Reserva Xerente – Município de Tocantína/Tocantins	ALDEIA
Região Funil	Aldeia Funil Sakrêpra Aldeia Sagradoura Aldeia Cachoeira Suprawahã Aldeia Pé da serra Srãzase
Região Salto	Aldeia Salto Kripre Aldeia Nova Mrãiwahã Aldeia Recanto Krite
Região Porteira	Aldeia Porteiro Nrõzawi
Região Cercadinho	Aldeia Cercadinho Aldeia Nova Aliança
Região Brupre	Aldeia lajeado Kâtopkuze
Região Brejo cumprido	Aldeia Monte Sião Aldeia Fortaleza Mrãinisdu
Terra Indígena – Município de Governador/ Maranhão	Aldeia Monte Alegre

Organização: Autoras (2022).

Observa-se, no Quadro 2, que os indígenas que frequentam o Campus de Porto Nacional são majoritariamente do Povo Xerente e, apenas um desses estudantes é da etnia Gavião. Além disso, apenas dois estudantes frequentam o curso de Bacharelado em Ciências Sociais e Geografia. Percebe-se que todos os outros indígenas frequentam os cursos de licenciatura.

4.1. Os indígenas no Campus de Porto Nacional – UFT no 1º semestre de 2022

Com o firme propósito de perceber além da aparência e chegar à essência, é que se optou por apresentar o Quadro 3, com o detalhamento de informações sobre os indígenas no Campus de Porto Nacional, com os seguintes dados: o curso em que estão matriculados, o ano e o semestre que ingressaram na Universidade/Campus de Porto Nacional e seu gênero. Observa-se que “[...] a maioria desses estudantes enfrentam diversas dificuldades ao longo de suas vidas acadêmicas, tais como problemas

linguísticos, territoriais, econômicos, educacionais, sociais, gênero, entre outros (SOUSA, 2022, p 26). É com esses estudantes indígenas, que vencem as barreiras e impõem-se em uma condição de estudar, que apresentamos o Quadro 3.

Quadro 2: Indígenas no Campus de Porto Nacional – UFT no 1º semestre de 2022

Curso	Ano de Ingresso	Semestre	Feminino/Masculino
Letras	2017	02	Masculino
História	2018	01	Masculino
Letras	2018	01	Masculino
Ciências Sociais	2018	01	Masculino
Letras	2018	02	Masculino
Geografia	2018	02	Masculino
Geografia	2019	01	Masculino
Letras	2019	02	Masculino
Letras	2019	02	Masculino
Ciências Biológicas	2019	02	Masculino
História	2020	01	Feminino
Ciências Biológicas	2020	01	Feminino
Geografia	2020	01	Feminino
História	2020	01	Masculino
Geografia	2021	01	Feminino
Ciências Biológicas	2021	01	Feminino
Geografia	2022	01	Masculino
Geografia	2022	01	Masculino
Geografia	2022	01	Masculino
Geografia	2022	01	Masculino
Geografia	2022	01	Feminino
Geografia	2022	01	Feminino
História	2022	01	Masculino
História	2022	01	Masculino
História	2022	01	Masculino
História	2022	01	Masculino
História	2022	01	Feminino
História	2022	01	Feminino

Sistema Integrado de Informação – SIE/UFT (2022). Org.: SOUZA, N. N; OSÓRIO, N. B. (2022).

Os dados coletados no SIE (2022) demonstram que, neste ano de 2022, dois estudantes indígenas matriculados no Curso de História trancaram os cursos, sendo um do primeiro semestre e outro do segundo semestre, ingressantes do ano de 2019 e, que, portanto, não constam no Quadro 3. Assim, a análise se dá considerando 28 indígenas, dos trinta indígenas constantes nos registros do SIE no Campus de Porto Nacional - UFT.

5. O que acadêmicas e acadêmicos indígenas desejam realizar após a conclusão do Curso de Graduação no Campus de Porto Nacional da UFT?

Nesta parte do texto, tratamos do seguinte questionamento: o que os indígenas que chegam à Universidade, especialmente no Campus de Porto Nacional, desejam realizar após a formatura? Dividimos as respostas em cinco grupos, estabelecendo os seguintes critérios, a constatar: “**Grupo 1**”: os que disseram que desejam voltar para a Aldeia para contribuírem no exercício da docência; “**Grupo 2**”: os que atuarão futuramente como professores sem mencionar o retorno para a aldeia; já o terceiro grupo, denominado “**Grupo 3**”, surgiu diante de um depoimento que expressa que apesar de realizar a licenciatura, o estudante não deseja ser professor, bem como um depoimento que expressa que quer ensinar apesar de realizar o bacharelado. No “**Grupo 4**”, inclui-se o depoimento de um estudante que não deseja voltar para a aldeia após a formatura e, no “**Grupo 5**”, os que afirmam que buscaram os estudos para arrumar emprego.

Optamos, neste estudo, por utilizar a terminologia "depoimentos", por entender que é uma declaração do que os/as acadêmicos construíram nas suas vidas, sobre o que significa ser professor/a. Trataremos cada um desses depoimentos por numerais, começando pelo nº 1 até o nº 28. Com vista a facilitar o entendimento da leitura, optamos em não distinguir o gênero, se masculino ou feminino, como mais um meio de não personalizar, para a preservação do anonimato.

A seguir, apresentamos os 15 depoimentos do "Grupo 1". Em seguida, apresentamos as análises, que são realizadas nos aspectos que convergem e, também, apresentamos pontuações sobre depoimentos específicos, que em alguns momentos podem ser observados no decorrer da análise.

Assim, passemos à leitura dos depoimentos dos estudantes indígenas que desejam voltar, depois de formados, para suas respectivas aldeias. São as vozes dos futuros professores, dizendo o que farão na prática efetiva na escola. As análises referem-se àqueles que disseram de sua volta tratando na 1ª pessoa, ou seja, o “eu”, falando de si, denominado de “Grupo 1.” Vejamos.

“Como futura professora eu desejaria dar aula na aldeia na reserva Xerente, repassar o que eu aprendi, preparar os estudantes para saírem em busca de mais conhecimento” (Akwê-Xerente 1).

“O primeiro passo, pretendo concluir o curso. Depois que formar como professor trabalhar na aldeia para passar os conhecimentos que aprendi na UFT” (Akwê-Xerente 2).

“Desejo repassar para os meus alunos todo o conhecimento que eu adquiri na Universidade e me esforçar ao máximo para repassar aos alunos um aprendizado de eficiência” (Akwê-Xerente 3).

“Como acadêmico e futuro professor quero transmitir a minha experiência e o conhecimento e me formar no meu curso, para trazer para a minha comunidade” (Akwê-Xerente 4).

“Quando eu me formar vou me esforçar muito para desenvolver a sabedoria para os meus alunos” (Akwê-Xerente 5).

“Quando eu terminar eu continuo lutando e continuar estudando. Quando eu termina minha faculdade eu quero ser professora da minha aldeia, com certeza estarei muito feliz e muito feliz pelos professores da faculdade” (Akwê-Xerente 6).

“Quando eu formar vou ser um futuro professor na aldeia. Já fui professor na aldeia, por isso eu quero voltar a ser professora (Akwê-Xerente 7).

Como futuro professor retorna a minha comunidade e compartilhar o meu ensino dentro das escolas” (Akwê-Xerente 8).

“Como futura professora formada. Voltar para a minha aldeia, trabalhar com a minha comunidade ao meu povo akwe. Contribuir com o meu povo akwe o que adquirir dentro da universidade durante a minha formação que o conhecimento dentro da sala de aula como professora” (Akwê-Xerente 9).

“Como futuro professor eu estarei como sempre querendo ser o futuro professor, na própria aldeia, porque é pra isso que estamos estudando, para nos mostrar que somos os verdadeiros indígenas, para ensinarmos as crianças somos os adultos” (Akwê-Xerente 10).

“Pois quando min formar vou está muito feliz, quero aprender mais conhecimento, mais é um começo de minha jornada, então quero repassar meus conhecimentos para meu povo que precisa” (Akwê-Xerente 11).

“Já penso em contribuir com minha comunidade, do que foi aprendido e trazer para a escola indígena, um ensino diferente” (Akwê-Xerente 12).

“A minha entrada a Universidade Federal do Tocantins, foi pela preocupação da educação dos povos indígenas, tanto na questão da língua Indígena, quanto na Língua Portuguesa. Com isso tenho muito a contribuir enquanto professor, nesta questão de ensinar, pois aqui na instituição federal estou vivenciando saberes incríveis. Visando na perspectiva de coerência da fala, na coesão de escrever e também no diálogo dos indígenas xerente, quero contribuir nessa dificuldade dos povos originários” (Akwê-Xerente 13).

“Quando eu mim formar, quero ajudar a minha comunidade com os conhecimentos adquiridos aqui. Quando eu falo em ajudar a minha comunidade eu falo em todo contexto. Ajuda a comunidade a elaborar documentos, ensinar, debater questões políticas dos não-indígenas, ensinar a procurar os direitos e os deveres como cidadãos. Isso vai ser meu dever quando eu mi forma, como acadêmico akwê, ajudar comunidade akwê Xerente e as crianças (aikde)” (Akwê-Xerente 14).

“Futura professora ou professor quando formar futuramente, trabalha na educação escolar ou continuando estudar, de professora ou professor é muito importante para os Indígenas” (Akwê-Xerente 15).

Desses depoimentos apresentados no Grupo 1, iremos tecer comentários, bem como pinçamos alguns elementos e retomamos aqui, com vista a dialogar sobre o que os acadêmicos indígenas desejam realizar após a formatura. Todos eles convergem para o desejo de retornar para as aldeias e contribuir com a educação indígena. A demonstração de responsabilidade com a educação do seu povo é constante nos depoimentos.

Uma outra questão é o desejo de se formar, colocando-se a conclusão do curso de graduação como uma das prerrogativas para o retorno às aldeias. Nisso, observa-se a responsabilidade da Universidade no que se refere à permanência dos estudantes, pois desde o ingresso na universidade até a conclusão do curso, não se vislumbra um caminho fácil a ser percorrido. A casa do estudante e/ou a moradia estudantil, o restaurante universitário e, essencialmente, as bolsas, são ingredientes que não podem faltar no “*combo*” que é condição para a permanência na universidade, além do acolhimento, carinho e atenção que os acadêmicos e acadêmicas que chegam ao Campus de Porto Nacional precisam ter, para sobreviverem e permanecerem a tantas adversidades. Isso se aplica também para os acadêmicos e acadêmicas não-indígenas ingressantes na universidade, mas potencializa-se no que se refere aos indígenas, para atendimento às especificidades desse povo, que querem estudar, aprender e contribuir com seu povo.

O depoimento nº 6 apresentado acima, ilustra o que constatamos: “*Quando eu terminar eu continuo lutando e continuar estudando. [...] eu quero ser professora da minha aldeia, com certeza estarei muito feliz [...]*. Esse é o compromisso social da universidade, da responsabilidade com a permanência dos estudantes indígenas, pois são os sonhos e aspirações de futuros docentes, depositados em confiança de que a universidade será a possibilidade de habilitar, demonstrando-se como a formação acadêmica é valorizada, mesmo que essa formação seja experienciada em espaços dos não indígenas.

O depoimento nº 9 citado anteriormente expressa no seguinte excerto: “[...] *Contribuir com o meu povo Akwẽ o que adquirir dentro da universidade durante a minha formação que o conhecimento dentro da sala de aula como professora*”. É como se esses futuros professores dissessem que, aprendendo na universidade a *sua* educação não-indígena, sairemos capacitados para promover a *nossa* educação indígena.

No depoimento nº 10, observa-se a reafirmação: “[...] *eu estarei como sempre querendo ser o futuro professor, na própria aldeia, porque é pra isso que estamos estudando, para nos mostrar que somos os verdadeiros indígenas, para ensinarmos as crianças, somos os adultos*”. Observa-se a demonstração de que as escolas nas aldeias devem ser geridas por professores indígenas e, também a reafirmação da cultura de que são os indígenas adultos que ensinam as crianças. Como constata-se: “Desde cedo, nós Akwẽ aprendemos a valorizar os ensinamentos repassados pelos anciãos através do discurso. Eles nos ensinam também que o respeito é o pilar fundamental para a

organização do povo Akwê (XERENTE SILVIA, 2018, p. 394). São os mais velhos que ensinam os mais novos, de certa forma os professores assumem o lugar de destaque, do que ensina, que é o ancião. Na escola, é o professor quem ensina e a transmissão de conhecimento assimilada da cultura não-indígena deixa de ser oral e passa a ser a educação dos registros, avaliada inclusive pelos anciãos como possibilidade de que seja escrita a história e cultura dos Akwê. Por outro lado, há relatos de que os anciãos são temerosos e preocupados com a perda da cultura, sobremaneira a língua.

O depoimento nº 13 diz: “*A minha entrada a Universidade Federal do Tocantins, foi pela preocupação da educação dos povos indígenas, tanto na questão da língua Indígena, quanto na Língua Portuguesa.*” Expõe-se dizendo da sua responsabilidade como professor e no ensinar e, ainda, diz que na UFT, que ele denomina de instituição federal, fala com entusiasmo de “*saberes incríveis*” do que está vivenciando, referindo-se ao conhecimento. Apresenta a “[...] *coerência da fala, na coesão de escrever e também no diálogo dos indígenas xerente [...]*” e o desejo de “*contribuir nessa dificuldade dos povos originários.*” Essa é mais uma demonstração de que a academia está formando e proporcionando uma conexão entre as duas línguas, a língua portuguesa e o akwê.

No depoimento nº 14, reafirma-se que, após a formatura, há um desejo de ajudar a comunidade com os conhecimentos adquiridos na Universidade. Expõe da seguinte forma:

“Quando eu falo em ajudar a minha comunidade eu falo em todo contexto. Ajuda a comunidade a elaborar documentos, ensinar, debater questões políticas dos não-indígenas, ensinar a procurar os direitos e os deveres como cidadãos. Isso vai ser meu dever quando eu me formar, como acadêmico akwê, ajudar comunidade akwê Xerente e as crianças (aikde)”.

A apropriação da cultura dos não-indígenas, de como se constituem enquanto sociedade, sua forma de vida, que vão desde os aspectos legais, são os elementos basilares para os indígenas buscarem ter seus direitos respeitados. O ingresso na Universidade é também uma forma de luta e de resistência na preservação da cultura indígena, como atestam Lázaro e Montechiare (2016):

O acesso pelos povos indígenas ao ensino superior é um tema de justiça histórica. Esses povos poderiam recusar os modelos de aprendizagem com que trabalha a cultura envolvente das sociedades indígenas. No entanto, cientes de que se trata de luta, a maioria dos povos indígenas reconhece que é preciso dominar minimamente a estratégia de saber dos “brancos” para estabelecer relações mais próximas ao ideal de

respeito pelo qual se pautam. Ter acesso ao conhecimento “branco” é tentar dominar as armas com as quais os adversários impõem seu poder e iniciativa (Lázaro; Montechiare, 2016, p. 7).

Os indígenas buscam o conhecimento dos não-indígenas, para a sua formação, mas também para a preparação das crianças, no convívio da sociedade, que ultrapassa os limites das aldeias. Entender, dominar essas estruturas de poder, passa, inclusive, pela educação, por apropriar-se de conhecimentos que proporcionarão a independência, e, em última análise, a autonomia.

O depoimento nº 15 não apresenta a categorização com as palavras de "retorno à aldeia", ainda assim, fizemos a opção por colocar neste grupo de análise, pois o/a estudante se coloca na condição de professor/a, e da importância desse professor para os indígenas, vejamos: *“Futura professora ou professor quando formar futuramente, trabalha na educação escolar ou continuando estudar, de professora ou professor é muito importante para os Indígenas.”*

Apresenta a importância da professora e do professor para os indígenas, como se transportasse para um outro plano e olhasse com os ares de quem contempla as necessidades dos Indígenas, seja formando na graduação e atuando, ou mesmo continuando os estudos, que compreendemos que seja na pós-graduação. “Quanto mais penso na prática educativa, reconhecendo a responsabilidade que ela exige de nós, tanto mais me convenço do dever nosso de lutar no sentido de que ela seja realmente respeitada” (FREIRE, 1996, p. 107). Está posto o significado da professora e do professor, que necessitam da formação, no entendimento de que podem mudar as condições de vida dos indígenas, a partir da sua prática educativa.

Na importância da docência, Souza, Ferraz e Sousa (2020) reafirmam que somente a educação possibilita às mulheres e aos homens terem consciência de sua condição histórica, para assumirem o controle de suas vidas e, definitivamente, transformarem o mundo.

A seguir apresentamos, os depoimentos do “Grupo 2”, e, em seguida, as análises que são realizadas nos aspectos convergentes, além de apresentarmos pontuações sobre um depoimento específico.

A seleção dos depoimentos atendeu ao critério dos que não disseram que voltariam para a aldeia, mas falaram de ser professor e atuar como professor, respondendo à seguinte questão: como futuro professor ou professora, o que deseja fazer quando se

formar? Neste bloco, nos apropriaremos dos depoimentos que vão do nº 16 ao nº 20, que continuamos na sequência numérica com vista a facilitar o acompanhamento, por parte do leitor/a. Vejamos os depoimentos.

“Como futuro professor, tudo o que aprendi na universidade, ia passar para os meus futuros alunos” (Akwê-Xerente 16).

“Entro como bem educador, professor sábio, ensina bem, para os alunos trabalha de acordo com motivo que aprendeu na graduação” (Akwê-Xerente 17).

“Quando eu me formar como professor ou professora, eu vou transmitir os meus conhecimentos, o que eu aprendi na universidade” (Akwê-Xerente 18).

“O meu desejo é pra ensina e também ser professor profissional” (Akwê-Xerente 19).

“É um processo que mostra futuro verdade. Ser professor verdade é poder crescer na vida, é igualmente o melhor conhecimento da nossa cultura trabalho e continua chega futuro verdade” (Akwê-Xerente 20).

Os depoimentos nº 16, nº 17, nº 18 e nº 19 são uma demonstração do desejo de ser professor, de exercer a docência, só não expressaram a volta para a aldeia após a formatura. A isso, nos reportamos aos ensinamentos de Paulo Freire, que diz: “Não posso ser professor sem me achar capacitado para ensinar certo e bem os conteúdos de minha disciplina, não posso, por outro lado, reduzir minha prática docente ao puro ensino daqueles conteúdos” (FREIRE, 1996, p. 116). Neste excerto, o aprendizado deve extrapolar os conteúdos específicos exclusivos da sala de aula, de uma escola indígena, em que além de preservar a cultura, deverão estar presentes os ensinamentos de preparação para a vida, que incluem a cultura e o mundo não-indígena. Os depoimentos explicitaram o papel e a confiança do que aprenderão no curso de graduação, depositando, na universidade, o sucesso de seu desempenho profissional. Essa universidade não-indígena que deve ser plural, no próprio sentido de universo de saberes, na preservação e intervenção nessa sociedade que impõe tantos condicionantes inclusive à sobrevivência dos indígenas. São esses professores que atuarão, seja nas aldeias ou fora delas. Os depoimentos reforçam a importância da preparação e a responsabilidade dos saberes da universidade.

Ainda, o depoimento nº 20 apresenta que: *“É um processo que mostra futuro verdade. Ser professor verdade é poder crescer na vida, é igualmente o melhor conhecimento da nossa cultura trabalho e continua chega futuro verdade”*. O futuro verdade nos reporta a Freire, quando se refere a uma das bonitezas de estar no mundo, afirmando que o critério para ensinar é o da verdade naquele “[...] professor que pensa certo deixa transparecer aos educandos que uma das bonitezas de nossa maneira de estar

no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de, intervindo no mundo, conhecer o mundo” (FREIRE, 1996, p. 31). Aqui ficam explícitas a profissão professor e a verdade como condição de exercer a docência, nos elementos fundamentais como crescer na vida, o melhor conhecimento da cultura e do trabalho, tendo consciência do que significa ser indígena, mesmo que atue fora das aldeias, com capacidade de intervir no mundo, combatendo inclusive as injustiças a que seu povo é submetido.

A partir do “Grupo 3”, dos depoimentos de nº 21 ao nº 28, trataremos apenas de depoimento e o respectivo número, sem a denominação de Akwê-Xerente. Desta forma, a leitora e o leitor poderão conferir os depoimentos nº 21, nº 22, que estão no mesmo grupo e trataremos em separado, cada um deles, por demonstrarem duas diferenças antagônicas, a constatar: o depoimento Nº 21, de quem não deseja ser professor: *“Preto fazer outra graduação, além desse curso que irei me formar. Por escolha minha, não quero atuar na sala de aula”* (Depoimento 21). Neste depoimento, a experiência com o curso de licenciatura e o desejo de não atuar na sala de aula, aspirando terminar o curso e, posteriormente, realizar outra graduação, possivelmente um curso de bacharelado. Esse é o único depoimento que apresenta-se externando o desejo de cursar outra graduação e não desejar atuar na sala de aula.

Ainda no “Grupo 3”, no depoimento nº 22 observa-se uma situação inversa *“Quando me formar e ensina o aluno para saber lê”* (Depoimento 22). Nota-se que o desejo de atuar como docente para quem realiza o bacharelado também acontece. Pois, apesar de cursar o bacharelado, se apresenta como professor e com uma particularidade, o desejo de atuar no ensino das crianças, na alfabetização. Observe-se que nenhum dos cursos de graduação do Campus de Porto Nacional tem voltada a sua formação para os anos iniciais e sim para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

No “Grupo 4”, está *“quero estudar e me formar, mas não quero voltar para a aldeia”* (Depoimento 23). Nesse depoimento, está presente o desejo pelo estudo, mas não o desejo de voltar para a aldeia após a formatura. Neste caso, pode-se aferir que devido às condições enfrentadas na aldeia, o/a estudante não vislumbra possibilidades de sobrevivência, condições de trabalho ou mesmo ascensão e/ou reconhecimento profissional. Este depoimento dialoga com o Grupo 5, pois apesar de os depoimentos de nº 24 ao nº 28 que veremos a seguir não externarem que não desejam o retorno às aldeias, todos eles estão fortemente balizados pela necessidade do emprego, como constataremos a seguir.

No “Grupo 5” estão os depoimentos que trouxeram a condição dos estudos para arrumar emprego. *Eu queria vir estudar na universidade, ser professor, pois está cada vez mais difícil arrumar emprego* (Depoimento 24).

“*A gente precisa ter emprego, precisa estudar*” (Depoimentos 25, 26, 27 e 28). Nesses quatro depoimentos, verifica-se a unanimidade de que precisam do emprego, para isso pode-se aferir que precisam estudar.

Nos cinco depoimentos do Grupo 5, constata-se a condição do trabalho e do emprego, que coaduna com os estudos de Sousa (2022): “em busca de uma melhor condição de vida, jovens indígenas passaram a ingressar no ensino superior com o intuito de conquistarem uma carreira profissional, situação que antes não era necessário para suas sobrevivências e de suas famílias” (p.26).

Nossas pesquisas devem, sobretudo, debruçar-se sobre essas questões, como condição inclusive para promover as mudanças necessárias na universidade, isto é, ter discernimento do que de fato é importante para os indígenas, quais as aspirações dos indígenas que chegam à universidade. Quanto a isso, elucidam Lázaro e Montechiare (2016) ‘não queremos ser incluídos’, esclarecem sobre o apelo das lideranças indígenas. A luta dos indígenas é “pela garantia de direitos, respeito à diferença de culturas, formas de viver, sentir e falar, possibilidade de um futuro distinto do futuro que ameaça a população não indígena” (LÁZARO; MONTECHIARE, 2016, p.7). A universidade precisa se apropriar de uma cultura que ela não conhece, para de fato assegurar e não contribuir com o aprofundamento das diferenças impostas pela sociedade, pela falta de políticas públicas. Enfim, a universidade precisa priorizar a valorização dos povos indígenas, desses que são os povos originários. Ademais, ter presente a história dos povos indígenas é também preservar a nossa história.

Considerações para continuar os estudos

Debruçadas nos estudos a partir das vivências com os Akwê, trouxemos para esse texto pontuações sobre os Akwê-Xerente, os anciãos e as aspirações dos jovens após a formatura e, também, tecemos considerações acerca do Povo Gavião, que por razões óbvias não puderam ser aprofundadas neste texto. Resta, porém, indicação para outras pesquisas, não só acerca do Povo Gavião, mas também sobre os Akwê. Como tema e pergunta de pesquisa neste estudo, tivemos: o que os indígenas que chegam à Universidade, especialmente no Campus de Porto Nacional, trazem de ensinamentos e

preocupações dos anciãos e, também o que desejam realizar após a formatura do curso de graduação?

Para responder a esses questionamentos, inicialmente apresentamos um pouco do que significa a escola e essencialmente o lugar sobre o qual os anciãos divergem, aquele que a escola deve ocupar na vida dos jovens, nessa instituição inventada pelos não-indígenas. Nesse debate, os anciãos demonstram a preocupação com a perda da cultura, mas há também os anciãos que aceitam a escola como uma condição de preservação, inclusive com a possibilidade dos registros escritos de sua história, na manutenção desse legado que é a cultura dos Akwẽ. Nossos estudos foram pautados a partir dos escritos de autores Xerentes, bem como as vivências na universidade, com as acadêmicas e acadêmicos indígenas.

Os Akwẽ-Xerente ingressaram na Universidade na busca por uma carreira profissional, com o fim de se formarem, retornarem para suas aldeias e contribuírem com a promoção de seu povo, que talvez seja o lugar seguro, mantendo suas tradições. Ao mesmo tempo, percebem que, nas aldeias, talvez as oportunidades de emprego não sejam para todas e todos, e, portanto, desejam ter uma profissão, trabalharem, conseguirem gerir suas vidas, com as condições que a sociedade do capital impõe. Apropriar-se da cultura não-indígena é uma condição de resistência e sobrevivência desses povos, mas, por outro lado, muitas atividades desempenhadas e primordiais na aldeia, no que se refere às vivências com a família e dos anciãos, foram relegadas a segundo plano por conta da escola, que impõe regras, horários, e desempenho de atividades que os retiraram do cotidiano das famílias, dos ensinamentos de uma cultura que é originalmente oral, de aprendizado no convívio. Constata-se que os indígenas na universidade não-indígena configura-se como uma condição na busca pela profissionalização, pelo emprego, mas sobretudo como forma de resistência, de aprender na universidade, de se apropriar da cultura não-indígena para levar para as aldeias o que realmente importa e faz sentido para os indígenas. Certamente são os indígenas que estão na universidade que potencializarão as possibilidades da preservação da cultura.

Nos depoimentos das acadêmicas e acadêmicos indígenas está presente a preocupação com a preservação da língua, sobre a qual tecemos duas observações: a primeira é que os Akwẽ representam 6% do número de alunos no Campus de Porto Nacional da UFT. Isso significa que os estudantes convivem no cotidiano da universidade

falando na sua língua em todos os espaços da universidade, seja na sala de aula, incentivados por alguns professores, onde houver dois indígenas Akwẽ, estarão conversando em Akwẽ, seja nas conversas informais, no cotidiano da vida acadêmica e moradia estudantil, onde todos residem, nas dependências do Campus. Por outro lado, um estudante da etnia Gavião, que busca praticar a sua língua sozinho, ouve os cânticos de sua cultura, pois entende apenas algumas palavras em Akwẽ, e não tem com quem conversar na sua língua. Em que pese as similaridades pelo tronco linguístico, os diálogos dessas duas etnias, viabilizados pela Língua Portuguesa. A segunda observação é um questionamento que temos feito quando os acadêmicos e acadêmicas são cobrados pelos não-indígenas de que eles precisam ensinar o Akwẽ. Esse é um outro ponto em que os anciãos divergem, pois há os que entendem que a preservação da cultura passa pela língua e que esta não deve ser aprendida pelos não-indígenas. Sendo a língua um símbolo de resistência dos povos indígenas, esse é um fato para continuar debatendo.

Há adaptações que a UFT precisa realizar com vista a contribuir na formação dos indígenas, não só pelo acesso e permanência, mas sobretudo nos conteúdos curriculares que necessitam dialogar com a cultura dos povos originários, sua cultura, seus problemas, a luta pela terra, a preservação do ambiente, bem como o respeito e preservação de suas línguas maternas. Estes assuntos devem ser aprendidos na universidade, a partir dos indígenas que adentraram e devem ser colocados em situação de ensinar e os não-indígenas, de aprenderem. A Universidade deve ser o local do acolhimento e do respeito pela diversidade.

A Universidade em suas preocupações, sobretudo no contexto pandêmico, se reúne tratando em reunião do Núcleo Docente Estruturante - NDEs sobre o que fazer. Fala-se em um número reduzido de alunos ingressantes, mas e a evasão? Tratar da evasão pressupõe cuidar dos estudantes que chegaram à Universidade. Sobre isso, abrimos um parêntese para contar uma história concreta, em que os indígenas, em um final de semana prolongado de quatro dias, dez deles, não puderam se deslocar para as aldeias porque não tinham dinheiro para o deslocamento e permaneceram na moradia estudantil, e já que o restaurante universitário não funciona nos feriados, por óbvio não possuíam dinheiro para se alimentar. Prover as necessidades básicas de alimentação é uma condição de permanência na universidade. Pois são os mesmos indígenas que, até pouco tempo atrás, estavam prontos para desistir dos cursos, por não terem bolsa para se manter. A

Universidade não está preparada para receber os indígenas, nem mesmo em relação ao que é o básico, que seria de suprir a alimentação para seus estudantes.

A ciência está a serviço e serve como condição para que possamos nos debruçar sobre os conhecimentos oferecidos na universidade e sua aplicabilidade, atendendo às especificidades dos povos indígenas, para a qual a universidade não foi preparada. Os acadêmicos, colegas não-indígenas, desconhecem até mesmo o convívio com os estudantes indígenas. Os professores não-indígenas, e o corpo técnico-administrativo também não foram preparados para acolher esses povos que têm suas especificidades que devem ser respeitadas. Muitos dos não-indígenas têm apenas o conhecimento dos livros didáticos que comemoram o “dia do índio⁸”, na visão do colonizador.

São questões profundas de todas as ordens que precisam ser enfrentadas para que a educação oferecida na UFT alcance a amplitude necessária para promover a autonomia, com o objetivo de garantir que os indígenas possam viver e conviver preservando a sua cultura, e, se for inevitável, conviver com a cultura não-indígena nos elementos fundamentais, nas suas vidas, seja na aldeia ou fora dela, com a consciência crítica, propagada na universidade, para resistir e se contrapor.

No momento em que finalizamos esse texto o Brasil registra mais um ataque a defensores das causas indígenas, o indigenista Bruno Pereira e o jornalista Don Phillips, assassinados nas proximidades da terra indígena do Vale do Javari, na Amazônia. A luta dos povos indígenas, precisa reverberar na luta do Povo Brasileiro!

Referências

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: MEC/SECAD/ LACED/Museu Nacional, 2006.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF: Senado Federal. 1988. 292 p.

CIMI. *Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil - 2020*. Disponível em: <https://www.pobresservos.org.br/noticia/cimi-lanca-relatorio-de-violencia-contra-os-povos-indigenas-no-brasil--dados-de-2020/arcanjo> Acessado em: 01 de junho de 2022.

⁸ “[...] não existe nenhum povo, tribo ou clã com a denominação de índio. Na verdade, cada “índio” pertence a um povo, a uma etnia identificada por uma denominação própria, ou seja, a autodenominação, como o Guarani, o Yanomami etc (BANIWA, 2006, p. 30).

FERNANDES, Florestan. *Mudanças Sociais no Brasil*. Difusão Epopéia do Livro. São Paulo, 1960.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GIRALDIN, Odair. *Educação Escolar e Educações Indígenas: reflexões epistêmicas*. IN: Revista Articulando e Construindo Saberes / Universidade Federal de Goiás. - Vol. 3, nº 1 (2018). - Goiânia: / CEGRAF, 2018. p. 187-196.

LÁZARO, A; MONTECHIARE, R. *Universidade para indígenas?* In: AMARAL, W. R. do; FRAGA, L; RODRIGUES, I. C. *Universidade para indígenas: a experiência do Paraná*: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2016.

MELO Valéria M. C. de; GIRALDIN, Odair. *Os Akwẽ-Xerente e a busca pela domesticação da escola*. Revista Tellus, ano 12, n. 22, Campo Grande, MS jan./jun. 2012. p. 177-199. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/279>. Acessado em: 20 de julho de 2021.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. *Metodologia da Pesquisa: abordagem teórico-prática*. 17ª ed. Campinas, São Paulo, 2011.

PATERNOSTRO, Júlio. *Viagem ao Tocantins*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, Série 5ª, Brasileira, Vol. 248, 1945.

Relatórios Coletivo RPU Brasil. *Povos indígenas e meio ambiente*. 2022. Disponível em: https://plataformarpu.org.br/storage/publications_documents/HZVYvOSZHAW7sZzE3E2UfhrXTh4w8gTdqOre7xdX.pdf. Acessado em: 05 de junho de 2022.

Silva. Joana A. Fernandes. *Modos de Educação*. IN: Revista Articulando e Construindo Saberes / Universidade Federal de Goiás. - Vol. 3, nº 1 (2018). - Goiânia: / CEGRAF, 2018. p. 425-436.

SOUSA, Junio Cesar Alves de. *Uma Interpretação para as dificuldades enfrentadas pelos acadêmicos Indígenas Akwẽ-Xerente no Curso de Letras do Campus de Porto Nacional da Universidade Federal do Tocantins*. UFT/2022, Porto Nacional. (Dissertação de Mestrado).

SOUZA, Neila Nunes de. *O Banco Mundial na Educação do Tocantins*. EDUFT, Palmas – TO, 2020.

SOUZA, Neila Nunes de; FERRAZ, Elzimar Pereira; SOUZA, José Divino Mendes de. *Educação Numa Perspectiva Crítica: pensar a docência revolucionária freireana*. IN: O Legado de Paulo Freire para a Educação. Revista Universidade e Sociedade/Sindicato Nacional das Instituições de Ensino Superior-Ano XXX, Nº 66, 2020. Rev. Impressa. Disponível também em: https://www.andes.org.br/img/midias/0163d20dc7de4f9b2903348157121ab0_1596131342.pdf.

XERENTE, Ercivaldo Damsokekwa. *Processo de educação Akwẽ e os direitos indígenas a uma educação diferenciada: práticas educativas tradicionais e suas relações com a*

prática escolar Xerente. Dissertação defendida no Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, UFG, 2016.

XERENTE, Sílvia Letícia Gomes da Silva. *A Língua Akwê e a Língua Portuguesa em contato: ameaça ou enriquecimento linguístico?* IN: Revista Articulando e Construindo Saberes / Universidade Federal de Goiás. - Vol. 3, nº 1 (2018). - Goiânia: / CEGRAF, 2018. p. 378-419.

XERENTE, Sinval Waikazate de Brito; XERENTE, Silvino Sirnãwe. *Proposta de Projeto Político Pedagógico para as escolas do povo Akwê*. Monografia de Especialização em Educação Intercultural: Gestão Pedagógica. Goiânia: UFG, 2014.

XERENTE, Silvino Sirnãwê. *História do Dasipê Akwê Xerente*. V Seminário Acadêmico Indígena no Campus de Porto Nacional – UFT. Conferência/Informação verbal; 27/04/2022.